



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**Requerimento nº \_\_\_\_\_, de 2025.**  
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial para debater o Índice de Estigma das Pessoas Vivendo com HIV e os determinantes sociais que impactam a resposta ao HIV no Brasil.

Nos termos do art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Índice de Estigma das Pessoas Vivendo com HIV e os determinantes sociais que influenciam o cuidado, a prevenção e o bem-estar das pessoas vivendo com HIV no Brasil. Para tanto, encaminhamos a relação de convidados(as): Representação da Unaido no Brasil, Ministério da Saúde, ONG Gestos, PUC-RS, Programa Brasil Saldável, Consórcio de Pessoas que Vivem com HIV, Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e Ministério de Saúde.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Índice de Estigma das Pessoas Vivendo com HIV é uma ferramenta internacional destinada a medir experiências de estigma e discriminação vivenciadas por pessoas vivendo com HIV, a partir de entrevistas diretas com este público. No Brasil, a edição 2025 do estudo conduzida pelo consórcio nacional de redes de pessoas vivendo com HIV, implementada pela ONG Gestos com apoio da PUC-RS e do UNAIDS, entrevistou 1.275 pessoas em sete capitais brasileiras, revelando um cenário alarmante de violações de direitos humanos, discriminação institucional, quebra de sigilo, coerção em serviços de saúde e episódios de violência física. Os dados demonstram que 52,9% das pessoas vivendo com HIV já sofreram algum tipo de discriminação, enquanto 38,8% relataram comentários discriminatórios feitos por familiares. O estigma impacta diretamente decisões de cuidado: 22,8% evitaram realizar o teste de HIV por medo da reação de terceiros, e 8,5% deixaram de buscar serviços de saúde após situações de preconceito. A saúde mental também é afetada: 29,1% relataram sintomas de depressão após o diagnóstico, e cerca



de 41% mencionaram ansiedade associada ao estigma. Entre pessoas trans e travestis, o cenário é ainda mais grave: 86,7% sofreram discriminação relacionada à identidade de gênero e quase metade evita serviços de saúde por esse motivo.

Essas desigualdades se relacionam diretamente aos determinantes sociais da saúde, que incluem fatores socioeconômicos, culturais, étnico-raciais e comportamentais construídos historicamente e que influenciam tanto a exposição ao risco quanto o acesso aos direitos fundamentais. Nesse sentido, destaca-se o Programa Brasil Saudável, iniciativa multisetorial do Governo Federal voltada à eliminação e redução de doenças determinadas socialmente, com diretrizes que envolvem enfrentamento da fome e pobreza, redução de iniquidades, fortalecimento de direitos humanos, qualificação de profissionais, incentivo à ciência e expansão da infraestrutura e saneamento.

Diante da relevância dos dados e da urgência de fortalecer políticas públicas que enfrentem o estigma, promovam direitos humanos e garantam o acesso digno e universal à saúde, a presente audiência pública se justifica como espaço fundamental para aprofundar o debate, reunir especialistas e instituições diretamente envolvidas e subsidiar recomendações legislativas e administrativas. Solicito, assim, o apoio dos Nobres Pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

